



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Metamorfoses da agricultura capitalista na região centro paulista na década de 1990

Selma de Fatima Santos

Como citar: SANTOS, S. F. Metamorfoses da agricultura capitalista na região centro paulista na década de 1990. *In:* DEO, A.; SARTORETTO, L. (org.). **Determinações do Mundo do Trabalho:** centralidade do trabalho, lutas sociais e crítica da economia política. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 255-268. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-11-8.p255-268>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

METAMORFOSES DA AGRICULTURA CAPITALISTA NA REGIÃO CENTRO PAULISTA NA DÉCADA DE 1990

Selma de Fatima Santos

INTRODUÇÃO

O presente texto busca analisar as principais mudanças ocorridas no âmbito da questão agrária a partir da recente expansão do agronegócio, especificamente no setor sucroalcooleiro na região centro-oeste paulista¹ no Estado de São Paulo, sobretudo a partir de nova *reestruturação produtiva*² no setor, em consonância com as complexas mudanças ocorridas no cenário agrário, em geral, com recorte temporal para a década de 1990.

¹ A microrregião *centro paulista* está situada dentro da macrorregião *centro-oeste paulista*. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/2019) – www.ibge.org.br, site visitado em 18 de dezembro de 2018; na região *centro paulista* situa-se 41 municípios. Realizamos um recorte metodológico priorizando as microrregiões de Bauru, Marília e Jaú. Tal recorte abrange 10 municípios, levando em consideração o desenvolvimento das forças produtivas local nestes municípios polos. Algumas das empresas instaladas nestes municípios figuram na lista das 40 maiores do Brasil por lucro líquido em 2017. Ambas ocupam o ranking das 400 maiores empresas do agrobusiness do mundo, segundo a Revista Exame/17. REVISTA EXAME. Disponível em 222.exame.abril.com.br. Acesso em: 15 mar. 2018.

² Para David Harvey (2012, p. 140): “A profunda recessão de 1973 pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político [...]. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinto. Trata-se da chamada *acumulação flexível*”.

O período delimitado diz respeito a uma década de mudanças significativas na agricultura brasileira (a qual ainda carece de um balanço de folego), uma vez que a mesma resulta de um processo de reestruturação produtiva de grande envergadura desde os anos 90 aos dias atuais.

Nosso desafio neste breve estudo é compreender como se estruturam tais fenômenos, os quais estão presentes na realidade agrária atual, bem como, entender a maneira como atuam as empresas transnacionais, corporações, e, como as mesmas produzem a *valorização* do *valor* e colocam o *valor* em movimento no atual período de modernização capitalista.

Desta maneira, apresentamos a organização do texto: 1 – *Introdução*; 2 – *Questão Agrária no contexto do capitalismo imperialista* – este item apresenta os dilemas da questão agrária no atual contexto imperialista; 3 – *Reestruturação Produtiva e questão agrária: impactos da ‘produção destrutiva’* aborda o papel da reestruturação produtiva em seu caráter *destrutivo* no âmbito do aprofundamento do capital no campo e suas consequências para o mundo do trabalho; 4 – *Concentração e centralização de capitais na região centro paulista* – traz a particularidade das contradições do desenvolvimento da agricultura capitalista na especificidade da região centro paulista sob a égide do capital em sua fase financeira.

QUESTÃO AGRÁRIA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO IMPERIALISTA

Mészáros (2009) alerta para o fato de que há uma imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro, nas três ou quatro últimas décadas que é naturalmente inseparável do aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria.

A maior consequência da crise, segundo o autor, sempre em aprofundamento nos ramos produtivos é “o crescimento do desemprego por toda parte e em escala assustadora, e a miséria humana a ele associada. Esperar uma solução feliz para esses problemas vinda das operações de resgate do Estado capitalista seria uma grande ilusão” (MÉSZÁROS, 2009, p. 25).

No âmbito dos ramos produtivos em sintonia com a indústria e o setor bancário em particular o financeiro (e não mais separados entre

ambos), se situa a questão agrária e a agricultura capitalista com seu paradoxal desenvolvimento no limiar do século XXI.

O aprofundamento da crise nos setores produtivos, aparentemente não tem impactado fortemente alguns setores do *agrobusiness*. Entretanto, ao buscar na sua essência, os impactos sob os efeitos da crise, percebe-se que no caso brasileiro, setores como o sucroalcooleiro sofrera enorme impacto na década de 90 e na primeira década do ano 2000. Diversas usinas entraram em falência no Estado de São Paulo, sem que isso se tornasse grave problema para o setor, pois as mesmas receberam vultosos recursos injetados pelo Estado, (entre outros mecanismos como negociação de ativos na Bolsa de Valores, na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), etc.), bem como fusões com empresas estrangeiras e/ou nacionais como é o caso da Cosan³, Fundos de Pensão Privados, pela sua revitalização.

Virgínia Fontes provoca fértil debate ao desenvolver o conceito de *capital-imperialismo* no qual afirma que o mesmo representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital (FONTES, 2010, p. 13).

A autora assinala que as últimas décadas do século XX e o início do milênio

Evidenciam a urgência de deciframento de novas conexões entre a gigantesca expansão do capitalismo e o imperialismo, dada a importância de se compreender a dinâmica capitalista da concentração de capitais, através do movimento ambivalente do capital portador de juros que, contraditoriamente, afasta-se da produção de mais-valor e a impulsiona, assim como promove novos e profundos processos de expropriação. (FONTES, 2010, p. 12).

As novas conexões entre a expansão do capitalismo e o imperialismo na atualidade nos fornecem elementos novos sobre as mudanças proporcionadas por novas contradições e fenômenos próprios do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo na atualidade o qual mantém seu caráter expropriatório desde seus primórdios, bem como acentua sua natureza de concentrador, centralizador e de apropriação privada dos lucros.

³ A Cosan simboliza o típico caso de empresa brasileira que faz fusão e *joint venture* com a empresa Shell, compra os ativos e dívidas de dezenas de usinas falidas no Estado de São Paulo e passa por um processo de concentração e centralização de seus capitais se tornando uma das maiores corporações no ramo sucroalcooleiro do Brasil e do mundo, operando a partir de então em diversos outros ramos.

No campo agrário reflete-se a realidade local e universal do capitalismo a partir dos processos de *expropriação, concentração, centralização e acumulação privada de capitais*, não somente nas bases produtivas, como também na acumulação a partir de bases especulativas e fictícias.

Para Fontes (2010) o termo *capital-imperialismo* trata da expansão de uma forma de capitalismo já impregnada de imperialismo, mas “nascida sob o fantasma atômico da Guerra Fria”. Tal processo histórico acentuou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os.

Para Fontes (2010) da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 80, a *Guerra Fria* produziu a divisão do mundo entre países capitalistas e pós-revolucionários, impondo novo ritmo, extensão e expansão do imperialismo no mundo. Junto a isso, houvera uma carga retórica e ideológica que dificulta a percepção real das transformações em curso. As terminologias como *Nova Ordem Mundial, Globalização, Neoliberalismo*, ou mesmo, os termos *sociedade pós-industrial, pós-moderna*, etc. fazem parte deste conjunto de carga retórica/ideológica que *dificulta a percepção real das transformações em curso*.

Nos anos 90 e no início dos anos 2000, configuram-se formas massivas de extração de mais-valor e barateamento da força de trabalho conjugado com o aumento de concentração de capitais e socialização das forças produtivas, bem como o aumento do desemprego, pobreza, miséria e barbárie.

Levando em consideração os elementos abordados sobre a composição do *capital-imperialismo* e suas derivações, nosso pressuposto é o de que houvera mudanças significativas também na agricultura brasileira a partir das políticas imperialistas do pós Segunda Guerra, que levou a um processo de transnacionalização, oligopolização, financeirização, em escala internacional, tanto de empresas estrangeiras como de empresas endógenas.

Houve nas últimas décadas o aprofundamento da financeirização na agricultura capitalista. No Brasil, desde os anos 70, período da ditadura civil-militar, priorizou-se por parte da burguesia agrária o projeto de modernização conservadora no campo, de implementação de um modelo produtivo que combinava o latifúndio da terra, a monocultura, o pacote tecnológico da Revolução Verde, o trabalho espoliado, o programa de incentivo aos Complexos Agroindustriais (CAIs), aos programas de crédito

e sua política cambial, etc. Esse projeto produziu ao longo das últimas três décadas a gênese do que viria a ser o atual *agrobusiness*.

Assim, a gênese do agronegócio, particularmente no estado de São Paulo protagonizou tais mudanças em suas bases produtivas. Na região centro-paulista, percebe-se a presença destes fenômenos relacionados à expansão do capitalismo e imperialismo – bem como – no aspecto da financeirização na agricultura, combinada com o setor industrial e bancário, em que há papel determinante cumprido pelo capital portador de juros e suas derivações. Este comportamento é típico da fase atual do capital financeiro no predomínio das relações de produção e circulação não mais com correspondência real na produção de riquezas e sim fictícia.

As corporações transnacionais, estrangeiras ou não, presentes na região, intensificaram sua dinâmica a partir dos anos 90 e começaram a atuar através de total controle da cadeia produtiva em todas as suas dimensões, com capitais abertos e ativos financeiros negociados na bolsa de valores, na bolsa de mercadorias de futuros, captação de recursos creditícios via os fundos de pensão privados, sistema de *holdings*, gerencia matricial, administração ultracentralizada, controle econômico, político e social da vida dos trabalhadores, entre outros aspectos.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E QUESTÃO AGRÁRIA: IMPACTOS DA PRODUÇÃO DESTRUTIVA

Visando atingir os objetivos do *capital-imperialismo* em escala internacional, implementa-se nova *reestruturação produtiva* a qual supera as formas até então conhecidas no mundo do trabalho, de organização fabril, de funcionamento da organização do trabalho. Provoca ruptura nas formas organizacionais clássicas (fordismo, taylorismo, toyotismo) e remodela toda a estrutura do trabalho em torno da maximização dos lucros. No campo agrário não foi diferente: o sistema fordista, taylorista, e mesmo o toyotismo já não caberia mais na racionalidade do desenvolvimento da agricultura capitalista.

Com o processo de desregulamentação, sobretudo nas usinas paulistas, mas também na produção de citros e celulose, as quais se intensificaram na região na última década, um conjunto de novas estratégias conformaram os interesses de alguns grupos econômicos em se tornarem

mais dinâmicos (SANTOS, 2013) face às novas exigências do mercado e dos novos padrões de acumulação do capital.

Para além desses impactos imediatos que atingem diretamente os trabalhadores do setor há que se destacar outro arranjo que, além do desemprego gerado, vulnerabiliza e precariza estruturalmente as relações de trabalho e de produção no interior da cadeia produtiva. Isso decorre, evidentemente, do processo de fusão e concentração de capital gerado pelas mudanças institucionais e econômicas do setor, pois com a centralização de capitais, os plantadores e fornecedores de cana perderam seu poder de negociação dos preços e condições de entrega da cana no caso do corte e carregamento para a usina. [...]. Por essa razão, é possível notar a ocorrência de processos de subcontratação de força de trabalho e terceirização de algumas atividades ligadas, sobretudo, ao transporte e carregamento da cana das áreas de plantio para as usinas. (SANTOS, 2013, p. 128).

O autor (SANTOS, 2013) argumenta ainda que além deste processo acima citado, percebe-se algumas “alterações nas formas de gestão dos processos produtivos e estruturas funcionais que buscam articular num todo organizacional das usinas, a integração das áreas agrícola, industrial e comercial” (SANTOS, 2013, p. 129).

Verifica-se que a inserção do Brasil no mercado internacional como um dos maiores produtores de açúcar e de agro combustíveis do mundo não se dá apenas por meio do desenvolvimento tecnológico gerado pelo processo de reestruturação produtiva com vistas à ampliação de sua capacidade produtiva para competir no mercado externo, mas também, e, sobretudo, por meio da exploração do trabalho, devido aos baixos custos de produção e aos baixos salários pagos à força de trabalho empregado.

Em consequência dessa capacidade de concorrência que se assenta na exploração e degradação do trabalho, porque no Brasil se produz açúcar e álcool com custos baixíssimos, muitas empresas nacionais e estrangeiras iniciaram o processo de concentração de capital, desencadeando – em função da crise do setor nos anos 1990 – uma tendência à centralização de capital por meio de fusões e incorporações das usinas com dificuldades financeiras. (SANTOS, 2013, p. 130).

Esses elementos agregam novo conteúdo às formas de operar do agronegócio a partir do setor sucroalcooleiro. Verificam-se novas maneiras de acumular capital e valorizar o valor a partir da reestruturação ocorrida na organização do trabalho. A cana se traduz num exemplo de funcionamento da cadeia produtiva, mas outras *commodities* produzidas na região são similares.

A crise dos anos 70 consolidou mudanças significativas e de reestruturação da agricultura brasileira que se reestruturou desde o período da chamada *modernização conservadora* da agricultura (GRAZIANO, 1982) conservando um intenso processo de centralização e concentração de capitais transformando os diversos oligopólios em monopólios desde a agricultura, mas também com claro direcionamento para os setores industriais.

Concentração e centralização de capitais, frutos da implementação da modernização conservadora e seus desdobramentos.

CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAIS NA REGIÃO CENTRO PAULISTA

A questão agrária na região centro paulista historicamente se desenvolveu conforme as estratégias capitalistas de produção e reprodução do espaço campo. Para Santos (2011, p. 10-11), a região é fruto de um processo de expansão das relações capitalistas relativamente recentes (fim do séc. XIX início do séc. XX), e assim como as demais porções ocidentais do Estado de São Paulo, teve sua ocupação relacionado á expansão da agricultura cafeeira.

Para o autor (SANTOS, 2011) o café como atividade econômica fundamental, vai sofrendo gradativamente uma endemia econômica, na qual os recordes de superprodução forçam uma reorganização produtiva após a grande depressão econômica, que teve como ápice o ano de 1929.

Junto com a decadência do café como atividade econômica de grande importância, houve também uma decadência nas relações de produção baseadas na parceria e no colonato. O fim do colonato significou também uma profunda expropriação camponesa, pois no antigo sistema, os camponeses tinham acesso a terra, mas não tinham

a posse da mesma, e, a partir do momento que há uma mudança nas relações de produção, há também uma desterritorialização em massa de camponeses. (SANTOS, 2011, p. 10).

Argumenta o autor (SANTOS, 2011) que a realidade agrária na região de Bauru e entorno aproximadamente meio século depois destes eventos de grande relevância e impacto, baseia-se num campo esvaziado socialmente e ocupado economicamente por grandes quantidades de terras concentradas em grandes propriedades exercendo atividades altamente integradas às agroindústrias, reflexo da metamorfose do campo com o advento do chamado agronegócio.

Por fim os camponeses expropriados durante meados do século XX migraram para as periferias dos maiores centros urbanos como Bauru, Jaú, Lençóis Paulista, Lins, Marília, ou se instalarem nas pequenas cidades da região.

Estes camponeses expropriados, ainda hoje, em sua maioria dependem da atividade agrícola para garantir sua reprodução, pois compõem a fração de classe dos proletários rurais. Evidente que uma boa parte destes camponeses também já não desenvolve atividades ligadas ao agro. Foram absorvidos por outras atividades econômicas da região, mesmo que a agropecuária ainda seja a principal atividade. (SANTOS, 2011, p. 11).

Em meados das décadas de 90 a 2000, há nova reestruturação na produção que causara enormes mudanças na totalidade das relações de modo de vida e trabalho no campo na região. Atualmente, parte considerável desses trabalhadores, reside nas cidades pequenas e médias da região, exercendo atividades laborais rurais na forma de assalariamento nas grandes fazendas de exploração agrícola, como mensalistas, diaristas, ou atualmente pelo contrato informal flexibilizado sem os mínimos direitos garantidos na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Concomitante, houvera intenso processo de mecanização das grandes lavouras, o que causou massivo desemprego no campo e tornou obsoleta a mão de obra braçal. O *exército industrial de reserva* de trabalhadores rurais nestas cidades de médio e pequeno porte é considerável. Por outro

lado, houvera focos de conflitos de luta pela terra, nos anos 80, 90 e 2000, em que aproximadamente 3.000 famílias (INCRA, 2018) foram assentadas em programas de reforma agrária na região a partir da ocupação da terra como forma de pressão.

Há uma parcela de pequenos e médios proprietários que somam, segundo dados do IBGE (2016) em torno de 3% da população que vive no campo na região centro oeste paulista, (os outros 97% vivem nas cidades). Desse percentual de intensa urbanização restam 3% de pequenos agricultores quase que totalmente integrados ao mercado capitalista através da *agricultura familiar* e à lógica de produção e reprodução de mercadorias agrícolas.

Tais metamorfoses ocorridas nos anos 90 são concebidas no Brasil como um momento novo e *moderno*⁴ (SAUER, 2010, p. 149), em que a grande agricultura brasileira hegemonizou o domínio econômico cada vez mais crescente sobre as áreas agricultáveis com suas monoculturas de certos produtos, como a cana de açúcar, soja, eucalipto, laranja e pastagens. E mantém sob sua centralidade o desenvolvimento da agricultura familiar voltada para o fornecimento de mão de obra barata e matéria prima para a grande agroindústria.

O campesinato formado pelos pequenos proprietários, colonos imigrantes das fazendas de café (característica forte da região), o sem-terra, “boia-fria”, indígena, entre outros foi absorvido pelo movimento expropriatório que o deslegitimou de sua posse e o impulsionou a ocupar a periferia das cidades como refúgio e alternativa de vida.

Ainda para Delgado (2013), há uma passagem histórica específica no Brasil, da economia agrícola convencional do setor primário para uma agricultura integrada tecnicamente com base nos complexos agroindustriais. Enfatiza que no caso brasileiro, o mercado de terras e o sistema de crédito rural, ambos sob o patrocínio fundamental do Estado, são peças essenciais para possibilitar a estratégia de participação do capital financeiro na agricultura na atualidade.

A história econômica brasileira do período da ditadura militar revelou um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público à agricultura e à

⁴ Ver: SAUER, 2010.

agroindústria e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura. Esse processo do ponto de vista da acumulação de capital tem o caráter de um pacto da economia política, em sua acepção clássica, e é fundamentado na organização dos interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado. (DELGADO, 2013, p. 61).

Para o autor, decorridas quase duas décadas de crise econômica e crise de Estado, a estratégia de acumulação de capital no campo do agronegócio retorna com força nos anos 2000. O desenvolvimento da agricultura (via industrialização) revela que “o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura” (OLIVEIRA, 2013, p. 127). Um exemplo desse processo contraditório de desenvolvimento vem ocorrendo com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são partes e etapas de um mesmo processo.

Nesse sentido, o que aparece no horizonte da geopolítica brasileira, como sinônimo de modernidade alcançada ou em vias de, é de fato a produção e reprodução de mercadorias agrícolas primárias ou processadas para o mercado externo e como carro chefe da balança comercial, (maior devedor da dívida interna pública), mas que figura como moderno através do emprego da nanotecnologia, biotecnologia e da engenharia genética, organizadas pelas cadeias produtivas das diversas *commodities* agrícolas, através de sistemas operativos matriciais como as *traders*, envolvendo o uso da microscópica nanotecnologia⁵ nos processos produtivos e de processamentos, dinamizando ainda mais o *modus operandi* do agronegócio brasileiro através de sua versão mais moderna: o agronegócio paulista em completa sintonia desde o nível local até a realidade nacional e em escala *mundializada*⁶.

Ao mesmo tempo ocultam-se as contradições desta face moderna, as quais fazem parte da dinâmica de articulação do moderno x atraso, aquilo que é tido como o seu contrário, mas que o alimenta: trabalho precarizado e trabalho *flexível* moderno (HARVEY, 2012); nova legislação ambiental, reforma do Código Florestal; ameaça da biodiversidade; uso

⁵ Ver: RIBEIRO, 2006.

⁶ Ver: CHESNAIS, 1996.

irracional dos recursos minerais e naturais; desigualdade social a partir da concentração da terra e renda; monocultivo de *commodities* comerciais que avançam sobre áreas tradicionais de produção de alimentos diversificados; mecanização associada à ampliação de desemprego; automação no nível da informática e da robótica de muitos setores produtivos; elevação da produtividade combinada com rebaixamento dos salários, aumento e manutenção do tempo da jornada de trabalho; técnicas gerenciais de controle social; entre outros. Estes processos fazem parte da reestruturação produtiva no campo.

Vale ressaltar que os aspectos conjunturais acima mencionados estão alicerçados em uma base estrutural, dinâmica que articula externamente economias periféricas e centrais sob a hegemonia da economia política do imperialismo. Internamente, essa base articula, ao mesmo tempo, o capital endógeno para uma crescente estratégia de domínio e crescimento para fora articulado e atrelado às corporações transnacionais estrangeiras com interesses nos assuntos estratégicos internos e na riqueza produzida in loco.

CONCLUSÕES

Há forte atuação de grandes corporações transnacionais no domínio dos negócios na agricultura no Estado de São Paulo e em particular na região centro paulista, como: Cosan e suas ramificações, JBS, Luis Dreyfuss, Cutrale, Votorantim, Monsanto, Bayer, Shell, Odebrecht, Lwarcel, Bradesco, Santander, Safra, entre outros. Houve significativa alteração nos padrões da agricultura desde o final do ciclo da clássica cafeicultura da região centro-oeste paulista para a transformação do latifúndio de pastagens e gado, que nos anos 90 fora transformado em extensas áreas de monocultura para a produção de *commodity* como a cana para o açúcar e etanol, a laranja para produção de suco e o eucalipto para a pasta celulose – ambos exclusivamente para a exportação.

Estas transformações proporcionaram a consolidação da expropriação e desenraizamento do campesinato e a sua expulsão para as periferias das cidades em face de total concentração da terra e da renda; ampliação do território agrícola com alteração na estrutura fundiária destinada - uma parte para a produção de *commodity* de exportação e a outra - destinada como reserva de *valor especulativo* pelo capital financeiro.

Houve, em consequência destas metamorfoses nos anos 90, o aumento da miséria, fome, desigualdade social e violência nos centros ou periferias urbanas e conflitos por terra e trabalho no campo.

O movimento real que ocorre no campo na particularidade da região centro paulista, não difere substancialmente do que ocorre na realidade universal da questão agrária, em nível de país ou em nível internacional, no sentido de que o modo de produção capitalista se tornou não só uma *imensa coleção de mercadorias em todo o globo terrestre*, como se tornou, segundo Fontes (2010), uma *totalidade em permanente processo de expansão e de expropriação* de populações inteiras, o qual se converte em forma de *extração de mais valor dentro e fora das fronteiras nacionais*, de *socialização efetiva das forças produtivas e a circulação de capitais* ao mesmo tempo em que *há enrijecimento da forma Estado e sua contenção das lutas populares*.

Portanto, a questão agrária na atualidade necessita de balanço profundo sobre as principais mudanças desencadeadas desde o século XX para o XXI e seus benefícios e dilemas para a humanidade. Se a agricultura capitalista não é capaz de produzir alimentos, usufruir da terra, bens naturais e minerais com a racionalidade de democratização do acesso e de preservação para o usufruto das futuras gerações; mas sim de destruir todos os bens que estão a serviço da humanidade em nome do lucro e da ganância; que haja outras mudanças muito mais significativas e profundas - não sob a ótica da produção e reprodução capitalista/imperialista - e sim na busca da emancipação dos trabalhadores pela construção de novas potencialidades produtivas criadoras de um novo tipo de ser humano em nova sociedade, com base na construção da *auto atividade⁷ humana* num sistema social humanista, socialista na qual somente a práxis política verdadeiramente revolucionária poderá construir.

REFERÊNCIAS

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DELGADO, G. Reestruturação da Economia do Agronegócio: anos 2000. *In*:

STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 57-87.

⁷ Forma *não-alienada* de atividade humana. Ver: MARX, 2004.

- DREIFUSS, R. A. *1964 A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FONTES, V. *O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- MARX, K. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 103-172.
- REVISTA EXAME. Disponível em: www.exame.abril.com.br. Acesso em: 15 mar. 2018.
- RIBEIRO, S. Os impactos das tecnologias em escala nano na agricultura e nos alimentos. In: MARTINS, Paulo Roberto (org.). *Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente: trabalhos apresentados no Segundo Seminário Internacional de Nanotecnologias*. São Paulo: Xamã, 2006. p. 197-203.
- SANTOS, M. J. dos. *Territórios em disputa na região de Bauru: perspectivas da Agricultura Capitalista*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP, Presidente Prudente, 2011.
- SAUER, S. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. *A Questão Agrária e o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Disponível em: www.incra.org.br. Acesso em: 18 set. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 set. 2018.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Livro 1. v. 1.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: o processo de circulação do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. Livro 2. v. 3.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, M. I. P. de. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973.

SILVA, M. A. de M. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

VALOR ECONÔMICO. Disponível em: www.valoreconomico.com.br. Acesso em: 15 mar. 2018.